ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registro a ausência da deputada Mara Caseiro, que se encontra no Trigésimo Nono Encontro da Abel, na condição de presidente da Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, conforme CI n° 036/24. Neste dia, que é o Dia Mundial do Meio Ambiente, chamo atenção da Comissão de Meio Ambiente para vários temas importantes que ocorreram nesses dias, como as queimadas no Pantanal, problema que temos que enfrentar diariamente. O Dia Mundial do Meio Ambiente foi criado pela ONU em 1972 e, desde essa época, já se chamavam atenção para as mudanças climáticas, necessidades de preservação e planejamento. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, presidente, queridos aposentados, aposentadas, lutadores e lutadoras de Mato Grosso do Sul. "*Ata da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata Cinquenta e Um da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 22 e 23/2024, do Poder Executivo; Ofícios nºs 132, 133, 134 e 136/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 2.271/2024, da presidência da República; Ofício nº 610/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 40/2024, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.754/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Paulo Duarte, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Caravina, Mara Caseiro, Coronel David, João Henrique, Roberto Hashioka, Zeca do PT, Gleice Jane, Pedrossian Neto, Lia Nogueira e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelo deputado Paulo Corrêa.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Não houve oradores inscritos.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 160/2023, de autoria dos deputados Junior Mochi e Gerson Claro; Projeto de Lei nº 239/2023, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Lei nº 96/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei Complementar nº 3/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do superintendente estadual em Mato Grosso do Sul, senhor Mario*

Alexandre de Pinna Frazeto, pelos oitenta e oito anos de atividade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, pela criação Canônica da Paróquia São José de Anchieta; requerimento de informações, de autoria do deputado Zé Teixeira; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Zé Teixeira e Jamilson Name. ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *– Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de junho do ano de dois mil e vinte e quatro.*" Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, em exercício, deputado Paulo Duarte, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas e todos os presentes nesta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 5 de junho de 2024: Ofício nº 1085/2024, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, encaminhando o Relatório Detalhado do Primeiro Quadrimestre de 2024; Ofício nº 43/2024, do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Dourados/MS, respondendo ao requerimento do deputado e ex-governador Zeca do PT (Prot. nº 573/2024); Ofício nº 7.013/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 274/2024); Ofício nº 1.800/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 626/2024). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Vou pedir licença aos senhores para apresentar um projeto de lei daqui mesmo, da Mesa Diretora, e já convidamos o primeiro inscrito. Projeto de lei que "denomina Samuel Soares a ponte do rio Miranda, localizada na rodovia MS-345. Passa denominar Samuel Soares Miranda, a ponte localizada na rodovia MS-345, entre os municípios de Bonito e Anastácio". Consta o currículo e todas as explicações. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando que sejam instalados redutores de velocidade nas imediações da vila Triângulo, na BR-244, no município de Jaraguari. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Francisco Igor Delmondes Souza. O tráfego intenso e a alta velocidade dos veículos que trafegam pela BR-244 têm causado grande preocupação aos residentes da vila Triângulo. Frequentemente, ocorrem situações de risco que colocam em perigo a vida de pedestres. Especialmente, crianças e idosos atravessam a via para acessar serviços básicos. A instalação de redutores de velocidade, como lombadas ou faixas elevadas,

contribuiriam significativamente para a redução de velocidade dos veículos, prevenindo acidentes e aumentando a segurança de todos que utilizam a via. Indico à Mesa, observadas às disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado do Mato Grosso do Sul, com cópias autônomas ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa, solicitando a instalação de transformadores, para o fornecimento de energia elétrica, no Bairro Santa Felicidade, no município de Dourados. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao gabinete parlamentar pelo senhor Everton Matias. A ausência de uma infraestrutura elétrica formal e segura tem levado os moradores a realizarem ligações elétricas improvisadas, que têm gerado diversos transtornos, infelizmente, até mesmo incidentes graves. Recentemente, uma residência do bairro sofreu um incêndio, devido a um curto-circuito causado por uma dessas ligações improvisadas; felizmente, não houve vítimas fatais, mas, os danos materiais foram significativos, que poderiam ter sido evitados com uma rede elétrica segura e regulamentada. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina... Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, o meu amigo deputado Junior Mochi é um cara competente e, além de tudo, muito ágil. Só quero fazer essa manifestação. Ontem, ele fez uma moção de congratulação à equipe — o senhor, que é advogado, como o Junior Mochi — de futebol da OAB/Mato Grosso do Sul. Ela foi campeã brasileira em Recife, nesse domingo, do Primeiro Campeonato Brasileiro de Futebol dos Advogados. Eu ia fazer, porque, nesse dia, no domingo, o meu filho, Rafael Duarte, foi campeão. Como não deu para fazer e eu também tenho uma outra emoção... Só que eu fiquei meio envergonhado, por questão de nepotismo. Além de ser campeão, o doutor Rafael Duarte foi escolhido o melhor jogador do campeonato. Se eu fizer uma moção de congratulação é considerado nepotismo, então, faço só uma manifestação verbal, para não incorrer em nepotismo. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabenizando, então, vamos votar a moção do deputado Junior Mochi, que também é atleta, faz muitos gols, como o senhor, joga no meio de campo. Com a palavra, o deputado de Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Foi mais ligeiro, então, o nosso deputado Junior Mochi, mais rápido! Mais rápido no gatilho. Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, assistentes da nossa Casa, todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems e pelas mídias sociais. Trago uma indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia autônoma ao diretor-presidente da Agetran, senhor Paulo da Silva, solicitando a pintura e sinalização na rotatória que divide os bairros Monte Castelo, Gabura e Otávio Pécora, localizada no entroncamento com a rua Franjinha, avenida José Matos Maksoud e avenida Monte Castelo, visando, com isso, promover a organização do trânsito local e, consequentemente, a segurança dos usuários. Essa indicação foi encaminhada pelos moradores da região e comerciantes, que pedem essa solução urgente, essa

sinalização, por conta dos riscos de acidentes e já aconteceram acidentes. A rotatória mencionada encontra-se sem sinalização, com pintura precária e o trânsito está desorganizado e perigoso. Trago esse pedido dos moradores da região, para que seja atendido pela Agetran e pela prefeita Adriane Lopes. Por hoje, é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado de Coronel David... Estendendo os cumprimentos ao presidente do Operário, campeão estadual, coronel Nelson; seja bem-vindo à Casa. Com a palavra, o nobre deputado João Henrique. Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente... Vou abrir mais um minuto de inscrição. Pela ordem, o deputado Junior Mochi; depois, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Faço uso, ainda no Pequeno Expediente, para a apresentação de duas indicações, uma moção de pesar e um projeto de lei, senhor presidente. Projeto de lei que autoriza a criação do Programa Veículos Solidários, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Artigo 1º - Autoriza a criação, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, do Programa Veículos Solidários. Artigo 2º -Para a concepção do referido programa, o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS) fica autorizado a celebrar termos de permissão de uso de veículos em condição de circulação com entidades de personalidade jurídica, com atuação nas áreas de saúde, educação, assistência social, cidadania, segurança comunitária, devidamente registradas nos seus respectivos conselhos estaduais. Artigo 3º - Os veículos objetos da referida permissão de uso deverão estar categorizados como "em condição de circulação", de acordo com as normativas do Contran e Denatran. Artigo 4º - Os termos de permissão de uso terão a duração de doze meses contados a partir de sua lavratura, podendo ser renovados por iguais períodos sucessivos de acordo com a conveniência e avaliação do Detran/MS. Artigo 5º - Os referidos termos poderão ser revogados a qualquer tempo por ato unilateral do Detran/MS no caso de haver a quitação dos débitos do veículo concedido em permissão de uso, com sua consequente devolução ao proprietário. Artigo 6º - Os veículos em condição de circulação, para serem objeto do referido programa, deverão estar apreendidos há mais de noventa dias com a competente notificação ao proprietário, regularmente expedida, com ausência de manifestação do proprietário, estando, portanto, sujeitos à venda em leilão. Artigo 7º - Os veículos concedidos em permissão de uso deverão ser identificados visualmente, de forma a tornar possível a sua visualização como aderente ao referido programa. Artigo 8º - É responsabilidade do permissionário a manutenção, operação, documentação tributária, entre outras, do veículo, que deverá ser preservado e entregue quando solicitado em iguais condições de quando foi concedido e, para garantia dessa condição, o órgão concedente poderá exigir vistorias antes e depois da concessão. Artigo 9º - No caso do veículo concedido em permissão de uso se envolver em acidente de trânsito, independente de atribuição de culpa, toda a responsabilidade civil e criminal, assim como a indenizatória, será do permissionário. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria. Senhor presidente, em suma, apenas para prestar um esclarecimento, o veículo, quando é apreendido, o seu proprietário é notificado para, no prazo de trinta dias, ou regularizar a situação para ser liberado ou então ele apresenta o seu recurso. Não apresentando o recurso e nem regularizando a situação, o veículo fica disponível para um eventual leilão

que o Detran venha realizar com relação aos veículos apreendidos e não solicitadas a sua devolução. Estamos propondo que possa ser feito, ao invés de os carros ficarem parados, no pátio do Detran, criando aquele cemitério de veículos que o proprietário jamais vai buscar a sua devolução, a possibilidade de permissão de uso para as entidades de assistência social, que ficarão como depositária do veículo até o período em que realizar o leilão. Como os leilões demoram dois, três, quatro anos — chegou a ficar até cinco anos sem ter um leilão —, os veículos que acabam no pátio poderiam ser utilizados e ter uma destinação nesse período útil. Fizemos uma busca na legislação e não encontramos impedimento legal para que isso possa ser feito e, por isso, estamos apresentando este projeto de lei. Indico à Mesa, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Roberto de Barros Calixto, presidente da concessionária da Rodovia CCR MSVia, solicitando providências quanto à recuperação adequada da pavimentação asfáltica nos acessos da BR-163, perímetro urbano do município de São Gabriel do Oeste, principalmente no acesso ao bairro Jardim Gramado. O pleito encontra justificativa no pedido do vereador Luiz Freitas, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, por meio de indicação lida e aprovada em sessão plenária. Indico à Mesa, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz, secretário de estado de Educação, ao senhor Flávio Cesar Mendes de Oliveira, secretário de estado de Fazenda, e ao senhor Rodrigo Peres Ramos, secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, solicitando estudos para verificar a possibilidade da celebração de um convênio com o município de Coxim, para que seja feita a cobertura da quadra poliesportiva e a construção e aparelhamento de uma sala de tecnologia na Escola Municipal Antônio Torquato da Silva — Polo, localizada no distrito de Jauru, município de Coxim, em atendimento ao pedido especial do corpo de alunos e professores da referida escola. Por último, moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Nedir Benevides de Souza Valente, servidora municipal aposentada do município de Coxim, que faleceu aos cinquenta e seis anos, no último dia 25 de maio. Era só, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, quero destacar o Dia do Meio Ambiente e a Comissão de Meio ambiente da Assembleia Legislativa está participando de várias ações no dia de hoje: à tarde, o workshop do Patrimônio Natural Ernesto Vargas Batista, uma RPPM importante do nosso estado; plantio de mudas em parques, como o Parque dos Ipês, em Dourados; e a distribuição de mudas nativas, como a guavira, em Dourados. Quero ressaltar o papel desta frente parlamentar na Lei do Pantanal, que chegou quadrada, foi arredondada e, hoje, é um marco do desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, fiquei contente com o pronunciamento do deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente, porque, ousei pensar que esta Casa ia negligenciar, com todo respeito, acerca do que significa o dia de hoje, o Dia Mundial do Meio Ambiente, marcado, exatamente, para podermos fazer uma reflexão — e esta Casa tem que fazer —, a mais profunda possível, sobre as demandas de ordem ambiental que temos que discutir. Ontem, foi levantado o problema da contaminação das águas — um feliz pronunciamento do deputado Pedro Kemp —, que está contaminando os peixes e as nossas crianças; foi levantada, pelo deputado Paulo Duarte, a questão da queimada no Pantanal; e eu levantei a respeito do desmatamento. Temos que discutir isso; hoje, é o dia mais importante para refletirmos sobre a questão do desastre ambiental que estamos impondo, por irresponsabilidade dos humanos, ao nosso planeta, correndo seriíssimo risco. Senhor presidente, vou fazer três indicações. Indico à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Hélio Peluffo, ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja, solicitando a implantação de um acesso no KM 13, da Rodovia MS-306, para garantir a melhoria do trânsito para motorista que adentra a comunidade Baús, localizada no município de Costa Rica. Indico à Mesa, que seja encaminhado expediente ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa, solicitando elaboração de projeto técnico, visando à modernização da rede de energia elétrica na zona rural do município de Coxim, em razão das constantes reclamações dos moradores de assentamentos e demais propriedades rurais acerca das frequentes quedas de energia e demora do serviço de religação. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, solicitando a perfuração de poços artesianos com sistema de captação e reservatório de água, para atender às necessidades dos agricultores familiares das localidades do município de Coxim, como assentamento Nova Aliança, assentamento Córrego da Pedra, comunidade da região da Beira da Alta, colônia São Ramão e distrito de Jauru. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Comunicado pelo primeiro-secretário, que é ambientalista, como ato de comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, hoje à tarde, próximo à rampa... Se os deputados quiserem participar, a Secretaria de Infraestrutura organizou a realização da plantação de mudas, de árvores, na nossa região do parque, região no estacionamento da Assembleia. Os senhores estão convidados para participar, às 16h. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, gostaria de cumprimentar todos que nos visitam nesta manhã: vejo o professor Márcio Albino, presidente do Sinted de Naviraí, junto com a professora Maria, sejam bem-vindos a esta Casa. Senhor presidente, quero encaminhar uma moção de congratulação ao professor Emanoel Marcos, doutor em Ciências Contábeis, pela criação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente e deputado Zeca do PT, para Vossas Excelências terem uma ideia, um gesto, muitas vezes, acaba chegando a lugares altos. Sempre digo que uma grande caminhada começa com o primeiro passo e, ontem, tive a honra — juntamente com o ex-senador Moka e o deputado Junior Mochi —, na universidade federal, de ser homenageado pela criação desse curso. Lembro que o

doutor Emanoel, professor de Ciências Contábeis de Dourados, transferido para o campus da UFMS de Campo Grande, procurou-me e disse: "Deputado, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é uma das únicas do Brasil que não tem o curso de Ciências Contábeis. Queria saber se o senhor pode fazer uma audiência pública". Realizamos uma audiência pública, em 2014, fizemos e encaminhamos um documento à bancada federal, o deputado Junior Mochi foi o interlocutor junto com o Moka, sentou com o Mercadante, à época, ministro da Educação, e, um ano e meio depois, fui homenageado na Primeira Aula Inaugural do Curso de Ciências Contábeis. Lembro que o professor Mongelli, o reitor, na época, veio à audiência pública e disse: "Olha, não tem como fazer isso, porque o MEC não tem dinheiro, vamos cobrar". Por isso, quero, com muita alegria, hoje, encaminhar essa moção de congratulação ao coordenador do Curso de Ciências Contábeis, doutor Emanoel Marcos, estendendo a todo o corpo docente e aos discentes, que são os acadêmicos do curso, porque, ontem, comemoramos dez anos! A importância de um gesto, a importância de você sonhar, mas, acima de tudo, de fazer aquilo que pode, dentro do seu alcance, para que esse sonho seja realizado. Quero encaminhar essa moção de congratulação e gostaria que o deputado Junior Mochi, que foi um dos colegas que ajudou nesse encaminhamento, [fosse o coautor dessa moção], para que a Casa venha a encaminhar essa moção ao doutor Emanoel Marcos. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: oito indicações (Prot. nºs 01850/2024, 01845/2024, 1818/2024, 1840/2024, 01843/2024, 1841/2024, 01844/2024, 01842/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: quatro indicações (Prot. nºs 01839/2024, 01838/2024, 01834/2024, 01819/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01851/2024); um requerimento (Prot. nº 01822/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 01854/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01852/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01853/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 01827/2024, 01828/2024, 01832/2024, 01831/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 01829/2024, 01808/2024, 01807/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01830/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 01813/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01814/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 01848/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 01833/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01816/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01815/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 1849/2024, 01847/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01846/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 01817/2024, 01825/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01824/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 01821/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01820/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 01836/2024, 01835/2024, 01837/2024); um requerimento (Prot. nº 01826/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto... Por inversão, com a palavra deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Cumprimento o deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente, e o deputado Zeca do PT pela feliz lembrança de que, hoje, comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Mais do que nunca, é um momento para refletirmos. Quando ligamos a TV, abrimos os jornais ou mesmo acessamos as mídias sociais, a matéria presente nos últimos vinte, trinta dias é relacionada aos desastres, mas, de modo especial, ao desastre natural ocorrido no Rio Grande do Sul. Temos que refletir muito sobre essa questão ambiental, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Quais são as nossas atitudes? O que estamos fazendo, enquanto seres humanos, que habitamos este planeta, para poder reduzir, minimizar os impactos relacionados aos desastres naturais? De modo especial, há mais ou menos trinta anos, discutimos aquele que é considerado o maior desastre natural em Mato Grosso do Sul, que é o assoreamento do rio Taquari. É importante salientar que, quando começamos a discutir isso, criamos — e eu tive a honra de ser o seu primeiro presidente, fundador — o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari, em 2007, deputado Pedrossian Neto, vinte e sete anos atrás, quando se criou a Lei nº 9431, sancionada em janeiro de 2007, que instituiu a chamada gestão das bacias hidrográficas. Criamos o primeiro consórcio no país, após a edição da lei, que tinha um objetivo específico; inicialmente, era um consórcio para o desenvolvimento sustentável, com foco na questão ambiental, porque, aquele já era o maior desastre ambiental do estado de Mato Grosso do Sul e quando se buscou compreender a questão, havia um cidadão que dizia: "Olha, o rio Taquari nasceu para ser assoreado". Entretanto, um processo natural que levaria mil anos, o homem acelerou em vinte, trinta anos e o rio se assoreou. Por qual razão? Primeiro, porque, é um rio que nasce no planalto, dentro do núcleo urbano da cidade de Alto Taquari, faz o seu curso até chegar ao rio Paraguai, nascendo a mais de oitocentos metros de altura até chegar na cidade de Coxim, denominada como uma cidade "peripantaneira", até chegar a duzentos e vinte metros. Então, ele faz essa declividade, quando chega ali, ele chega a um platô e à planície; portanto, todo o assoreamento visível do rio ocorre da cidade de Coxim para baixo, não na parte de cima, porque no município de Alto Taquari é um rio que está em declividade, cheio de corredeiras, cachoeiras, como a Cachoeira das Palmeiras, Cachoeira do Sabão, Cachoeira Cabo de Aço, são várias cachoeiras. Ele tem características únicas no planeta. Quais são as características diferenciadas do rio Taquari? É um rio que recebe afluente no planalto, é defluente na planície, ou seja, o último afluente dele é o ribeirão do Salto, cerca de seis a sete quilômetros abaixo da cidade de Coxim. Daí para frente, o rio Taquari é defluente, tem um leque aluvial, que representa 30% da planície pantaneira. As duas maiores sub-regiões do Pantanal, sub-região do Paiaguás e a sub-região da Nhecolândia, são formadas por esse leque aluvial do rio Taquari. Ele tem uma importância fundamental, deputado Zeca do PT, para o nosso Pantanal, que é reconhecido como patrimônio natural da biodiversidade. E tem um erro na Constituição Federal, porque ela foi promulgada em 1988 e está escrito Pantanal mato-grossense, já existia a divisão do estado, como nós temos dois terços do Pantanal aqui, tinha que mudar a Constituição Federal, tinha que ser Pantanal sul-mato-grossense, porque a maior parte está em nosso território, mas, enfim, essa é uma outra discussão. A verdade é que se o Pantanal é o patrimônio natural da biodiversidade e um terço desse Pantanal é formado pelo leque aluvial do rio Taquari, esse rio mereceria, por parte do governo federal, ter um tratamento diferenciado. Assim como tem programas... Existe, no governo federal, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do

Parnaíba (Codevasf). Por que o Taquari não pode merecer um programa específico? Para podermos, de fato e de direito, fazer um plano de recuperação, que passa pela mudança da consciência coletiva, não acontecerá de forma diferente. Porque ela aconteceu, no passado, na década de 1970, quando o governo federal criou um programa chamado Polo Centro, que distribuía dinheiro. Na verdade, eram financiamentos a longo prazo, com juros fixos, com doze anos para pagar e o programa recebeu um codinome: “Plante que o João garante”. Este programa, Polo Centro do "Plante que o João garante", acabou com as matas. A preservação chegava até a mata ciliar, mas nem ela foi respeitada. Naquela época, não se tinha essa consciência também e não se tinha ações e nem limitações a esse desmatamento. É óbvio que, se olharmos por um lado, esse desmatamento proporcionou a incorporação de muitas terras ao processo produtivo. De um lado, nos chapadões, a soja; do outro lado, o advento da braquiária. Então, a região foi aberta, a década de 1970, principalmente a segunda metade, foi importante para a abertura dessas áreas. Os municípios banhados, e que fazem parte da Bacia do Rio Taquari: parte do município de Sonora; Pedro Gomes; Alcinópolis; Costa Rica; parte do município de Camapuã, onde hoje é Figueirão; São Gabriel do Oeste; Rio Verde; e Coxim. Todos esses municípios tiveram seu processo de ocupação do solo, de forma extensiva, na década de 1970, e isso provocou o assoreamento do rio Taquari. Quais são, na visão dos técnicos, os inúmeros projetos que já foram feitos para recuperação? Costumo dizer que, além da areia, do assoreamento, o Taquari também é entupido de projeto. Nunca vi tanto projeto para recuperação e, ao mesmo tempo, nunca vi tanta inação na recuperação ambiental desse rio. E nesses projetos, basicamente, sempre têm três eixos importantes. Primeiro, recuperação das microbacias. O assoreamento não acontece direto no leito do rio Taquari, acontece através dos cursos de água que afluem para ele. Um levantamento feito lá atrás, quando nós iniciamos o consórcio, concluiu que o rio Taquari tem oitenta e nove sub-bacias e, dessas, mais de trinta estavam comprometidas. De modo especial, nos municípios de Figueirão e de Camapuã, nos municípios que ficam lá em cima, no planalto. Quando se tem uma terra fraca, próxima a um curso de rio; quando não se respeita a parte de curva de nível; quando não é feito o terraceamento; quando se desmata a mata ciliar, é natural que os sedimentos serão carreados para o rio. Se olharmos o desastre... Aqueles que tiverem a oportunidade de ir pela BR-436 para Figueirão, o ribeirão Figueirão tem uma lâmina d'água que não dá mais do que trinta centímetros, está totalmente assoreado e, obviamente, vai carrear, porque ele é afluente do Camapuã, que é afluente do rio Coxim, que é afluente do rio Taquari, que é afluente do rio Paraguai. É importante esta Casa ter a consciência... Houve um momento em que eu achei que iríamos, efetivamente, ter condições de desenvolver, na prática, ações de recuperação. Houve um momento, no curto espaço de tempo do governo Temer, que tomou uma decisão de conversão das multas ambientais em ações de recuperação. São essas multas que ficam discutindo na Justiça por dez, vinte anos, com desconto, para poder converter em projetos de recuperação ambiental. Isso caminhou, incluíram como prioridade, primeiro, o rio Parnaíba, segundo, o rio Taquari, porque, [essa ação] foi lançada na fazenda Caiman, eu estava presente e fiz a defesa veemente; pedi para o ministro visitar a região do Carona, que é uma região conhecida, porque muita gente gosta de ir pescar lá, mas, é onde temos as aberturas, essa baía, esse leque aluvial, que forma vários corixos, berçários naturais dos peixes. Os peixes não estão no leito do Taquari; quando vêm, eles se acasalam e vão para as baías, onde têm alimentação e, depois, uma vez por ano, eles sobem, na chamada piracema. Tem um sistema de

comunicação entre os peixes e, naquele período, eles sobem. Na verdade, houve essa visita, houve essa possibilidade, mas, infelizmente, mudou o governo e o governo posterior suspendeu a execução daquele decreto. Era um decreto que determinava isso e foi suspenso e não houve prosseguimento. Assim como o projeto Pantanal, lá atrás, que previa recurso da ordem de duzentos milhões. Trinta milhões para aquisição de áreas que seriam transformadas em áreas de proteção permanentes, justamente na área mais crítica de assoreamento do rio, lá embaixo, que não aconteceu. Projeto bonito, desenvolvido em cinco grandes eixos, não aconteceu. O Banco Mundial ia financiar, isso desde a época do governo do doutor Wilson Barbosa, e o projeto Pantanal acabou-se em nada. Muito estudo; muita reunião; muito recurso gasto; enfim, de lá para cá, não temos nenhuma medida efetiva, a não ser pequenas medidas realizadas pelos consórcios na recuperação ambiental de pequenos rios, como acontece em Pedro Gomes, onde saiu um recurso para nove microbacias, na Bacia do Rio Verde, no município de Pedro Gomes, em Coxim, ou mesmo as primeiras, que foram no município de Costa Rica e de Figueirão, que demonstram claramente que investir na recuperação ambiental, atacando as microbacias, porque através delas, temos as grandes bacias... Se fizermos o trabalho de recuperação das áreas degradadas com a construção de terraço, de curva de nível, impedindo o depósito de sedimentos no leito do rio, de acordo com as medidas que estão no próprio Código Florestal, como deixar a mata ciliar se recompor, cercando as margens do rio naquela dimensão estabelecida no código, com o tempo, teremos restabelecidas as matas ciliares, com a recuperação das áreas degradadas, impedindo o depósito de novos sedimentos. É claro que, vamos, aos poucos, fazendo a recuperação, mas, isso também foi ocasionado pelas estradas, porque, na época, também não tinha esse conceito... Se olharmos o maior problema, as maiores erosões são aquelas causadas às margens das estradas — deputado Roberto Hashioka, que conhece muito bem isso —, que não foram feitas no sentido da preservação, atendendo às curvas de nível. Faz-se a estrada onde o trajeto é melhor e a água que se vire para achar seu lugar na hora em que ela vem correr e isso ocasionou muitos problemas. Em todo esse processo, é preciso que tenha, obviamente, um conhecimento, uma análise para se fazer uma recuperação. Quero, ao conceder o aparte a Vossa Excelência, deputado Renato Câmara, dizer que temos uma preocupação do mundo com relação à questão ambiental. A agenda ESG está aí, ela vai fazer de forma com que o capital se curve à questão ambiental. Por que isso? Porque os grandes fundos do mundo, hoje, estão preocupados. Temos um planeta... Vi uma propaganda interessante do planeta: você é um filme, no qual o cara apresenta a terra e apresenta um corretor para vender essa terra, o planeta. É essa consciência que temos que ter, a consciência de que não adianta ter muito dinheiro, não adianta ter cidadão, com desenvolvimento, com as indústrias em pleno vapor e tudo se não tivermos verdadeiramente a consciência de que o desenvolvimento tem que respeitar as questões ambientais. Ele tem que vir, sim, é importante o desenvolvimento econômico, mas, não existe desenvolvimento econômico se não tiver de forma muito clara o respeito às questões ambientais e à inclusão social. Não há desenvolvimento pleno quando só uma parcela da sociedade usufrui desse desenvolvimento, porque, o cidadão vai ter consciência e vai fazer na medida em que ele também esteja incluso. Acho que essa agenda ESG chega em boa hora, porque, os cidadãos de lá estão preocupados conosco, eles já desmataram, realmente, tudo e nós temos que fazer a nossa parte. Para isso, precisamos que os recursos cheguem e tenhamos recursos, efetivamente, para poder fazer com que a preservação e a recuperação dos danos causados ocorram.

Concedo o aparte ao ilustre presidente da Comissão do Meio Ambiente, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Caro deputado Junior Mochi, esse tema está na agenda mundial e o meio ambiente, sem dúvida, é um tema que preocupa nossa população. Vejo a explanação de Vossa Excelência e me somo a ela, tenho a clara convicção de que um dos pontos principais da agenda ambientalista é: quem vai pagar essa conta? Quem vai pagar pelo trabalho de preservação? Vai sair do produtor? Vai sair da população? Quem vai bancar todas as medidas que precisam ser feitas para ter a sustentabilidade? Mato Grosso do Sul vive um momento ímpar, um momento muito importante, favorável a ter esses recursos para pagar essa conta, porque, através do Fundo do Pantanal que foi criado, teremos a possibilidade desse fundo, quando regulamentado, pagar pelos serviços ambientais, que é uma cobrança do produtor rural. Os maiores recursos do Fundo do Pantanal serão destinados aos serviços ambientais do produtor rural. Esse é um passo gigante, uma possibilidade inovadora e que precisa ser colocado em prática o mais rápido possível. Estamos vendo o Fundo do Amazonas, que tem recursos financeiros, tem recursos internacionais, tem recursos do governo federal para ter a proteção da Amazônia. O Pantanal caminha nesse sentido, poderemos ter, também, aportes de recursos privados, de empresas, de recursos federais, recursos de ordem estadual para podermos remunerar os produtores, para proteger a microbacia, para proteger o carreamento de solo para os rios. Esse é um ponto, recursos [provenientes do] Fundo do Pantanal, e, também, a geração de outros recursos como as compensações pela utilização da água, que encaminhamos através da Frente Parlamentar de Recursos Hídricos ao governo do estado, para que se possa ter a regulamentação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que é outra fonte importante. São Paulo já utiliza todos esses recursos desse fundo, recursos de compensação pela utilização da água; o Paraná usa 60%; e Mato Grosso do Sul ainda não tem regulamentado esse fundo que, se fosse regulamentado, seria um montante em torno de trinta e dois milhões de reais, que o estado receberia pela utilização das águas para a geração de energia. Esse seria um avanço gigante e estamos militando para a regulamentação desse Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Então, temos esse fundo, que precisa ser regulamentado e colocados esses recursos da compensação da utilização das águas e, do outro lado, a regulamentação, que foi aprovada nesta Casa, do Fundo do Pantanal; esses dois fundos seriam utilizados na preservação. E como seriam utilizados? Aí, entra um outro projeto, que já está em encaminhamento, que é o Zoneamento Ecológico-Econômico. Foram realizadas a primeira e a segunda aproximação; falta agora a aproximação municipal, porque o zoneamento é um mapa de onde se pode ter ações efetivas pontuais, como Vossa Excelência colocou. Qual é a prioridade no município? Para isso, tem que ter um mapa do ordenamento territorial: onde há fundo de vale, onde pode ter empresas, onde pode ter rodovias, onde pode ter loteamento. Isso já precisa estar pronto! O Zoneamento Ecológico-Econômico municipal é um grande avanço e não sei por qual motivo os prefeitos têm medo de fazer esse zoneamento, mas, quando vem um investimento, acaba tendo uma estrada, ou tendo um parque, ou tendo uma empresa, vão correr atrás das licenças e, muitas vezes, acabam sendo construídos em locais que não são adequados e, depois, geram um grande problema para o município e para o estado. No meu entendimento, deputado, precisamos correr com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, o Fundo Estadual do Pantanal e o Zoneamento Ecológico-Econômico, porque, assim, vamos

avançar muito mais rápido no sentido da preservação. Fechando tudo isso, quero aproveitar a oportunidade da monetização do sequestro de carbono, que ouvimos falar de projetos importantes, como vender cotas etc., mas, tudo ainda está no campo das ideias e precisamos colocar isso em prática. Obrigado pelo aparte, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Obrigado pelo seu pronunciamento. Acho que caberia, inclusive, um pronunciamento específico sobre isso, deputado Renato Câmara. Agradeço e incorporo ao meu pronunciamento. Acho que são sugestões importantes e válidas, colocadas por Vossa Excelência. Concedo, com prazer, a palavra ao nobre deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Deputado Junior Mochi, em rápidas palavras, quero, primeiro, parabenizá-lo pelo tema que traz a esta Sessão, sobre a importância do meio ambiente quando, no Brasil, estamos vivenciando essa tragédia, essa catástrofe que aconteceu e está acontecendo no Rio Grande do Sul. Colocou bem Vossa Excelência quando disse que tem que se cuidar primeiro do canal. Quando você vai fazer um controle de erosão, é de montante à jusante. Sempre tem que fazer a parte mais alta, no caso são as microbacias dos afluentes do rio Taquari para, depois, fazer a recuperação da calha do rio propriamente. Senão, será o cachorro correndo atrás do rabo, atacando a consequência e não a causa. Isso passa por um processo de conscientização dos proprietários rurais, de toda a sociedade, do poder público, fazendo com que se cumpra a legislação, o mais importante quando se discute meio ambiente, porque falamos, falamos, mas, o problema é que nem sempre se cumpre a legislação, que tem que ser rígida na questão ambiental e tem que ser proativa, de forma que todos tenham respeito, porque o meio ambiente é de todos, não pertence a alguns. É a mesma coisa quando se fala de construção de rodovia, principalmente no Pantanal, [tem que se considerar] a fragilidade de seu solo, que na maior parte do tempo é arenoso e você vai lá e faz um aterro. Tem que respeitar a teoria dos vasos comunicantes; no Pantanal, o curso de água uma hora é para esquerda, outra hora é para direita e você está com o aterro aberto. Começam as chuvas e há um deterioramento, um solapamento do aterro e isso vai contribuir para que ocorra o assoreamento nas microbacias. Por isso, dei entrada num projeto de lei para que as rodovias a serem construídas no Pantanal tenham o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA). É fundamental que tenha o EVTEA em uma rodovia que vai ser construída no Pantanal, mesmo porque, não é só a questão ambiental; tem que ver se justifica todo o investimento dos milhões que são gastos para fazer esses aterros, que nem sempre são baratos, para, de repente, atender a uma ou duas propriedades que, depois, vão fazer um ataque ao meio ambiente, porque elas vão desmatar, vão fazer uma pecuária mais intensiva. Acho que temos que analisar essa questão da construção do EVTEA. Para finalizar, deputado, já parabenizando-o, mais uma vez, fiz uma indicação a respeito de corrigir o artigo 225, parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988, porque ali falta, está ausente, o Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio nacional e a senadora Tereza Cristina, com mais trinta e três senadores, já deu entrada numa PEC, no Congresso Nacional, para que seja feito esse repasse. Era isso, parabéns pelo tema que o senhor traz aqui e quero manifestar a minha solidariedade na defesa do Pantanal sul-mato-grossense. Obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu que agradeço, deputado Roberto Hashioka, a valiosa contribuição e conhecimento técnico que o senhor traz e, obviamente, incorporo-os a este pronunciamento. Hoje, teremos uma reunião importante, às 14h, liderada pelo deputado Caravina, presidente da Frente Municipalista, que está chamando os municípios, entes fundamentais nesse processo de preservação ambiental, em especial, através dos consórcios de municípios. Todos os consórcios foram criados respeitando a Lei Federal de Gestão de Recursos Hídricos; então, os consórcios são formados por municípios situados em uma determinada bacia hidrográfica, seja a bacia do rio Paraná seja o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (Cidema), seja o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari (cointa). Todos eles estão determinados regionalmente — os municípios que participam — pela bacia hidrográfica. Vale uma ressalva, esta Casa de Leis, lá atrás, aprovou o chamado ICMS Ecológico... Destinar parte do valor, do percentual, que era distribuído equitativamente a todos os municípios, para criar o ICMS Ecológico... Foi criada a lei, o governo, por decreto, regulamentou, para tabular essa lei e, na verdade, ela não vincula essa parte que é do ecológico, efetivamente, às ações de proteção e recuperação ambiental. Na verdade, ela beneficiou, sim, alguns municípios, parte dos municípios do estado, só que esse recurso entra na conta normal. Não tem um vínculo, uma obrigação com relação a esse recurso. Esse é um discurso, quando falamos de questão ambiental, que tem que ser levado em consideração. O município que recebe um recurso a mais, que era distribuído entre todos os outros, tem que ter, sim, uma obrigação maior, quanto aos investimentos, nas questões de recuperação de áreas degradadas, na recomposição de mata ciliar, em ações de educação ambiental, que têm que ser desenvolvidas por esses municípios. Eles recebem um recurso a mais justamente com a finalidade de fazerem a recuperação ambiental. Concedo a palavra ao ilustre deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pelo aparte, deputado. Só complementando, quero convidar os colegas para a nossa reunião, às 14h, que vai reunir alguns presidentes de consórcios e alguns prefeitos. Convidamos, também, secretários estaduais, que estão ligados diretamente à pauta municipalista do MS Ativo Municipalista, que são a pasta da Saúde, Educação, Assistência Social e Infraestrutura. O municipalismo é o grande programa do governo do estado, acho que é a pauta principal, porque as pessoas moram nos municípios e toda vez que fortalecemos o municipalismo, estamos fortalecendo o atendimento ao cidadão dos municípios. O senhor citou algumas pautas e temos outras que vão ser discutidas, hoje é a instalação [da frente parlamentar]. Tivemos a questão do Rio Grande do Sul, em que vimos essa catástrofe climática e percebemos que as Defesas Civis, por exemplo, dos municípios, não estão preparadas para enfrentar situações como as que ocorreram no Rio Grande do Sul. Esse é um debate que podemos levar também para a Frente Parlamentar Municipalista, a criação de um fundo, uma forma de se preparar, de se prevenir, para quando precisar, a Defesa Civil agir. Há várias pautas, como o MS Ativo, que está lançando obras de infraestrutura que podemos acompanhar também e, lógico, ouvir os prefeitos, os vereadores, ouvir a casa política, porque estamos aqui para ouvir e criar situações. Ou situações de mudança legislativa, para melhorar os municípios; ou fazer proposições, encaminhamentos, interlocuções. Eu acho que temos que trazer esse debate do municipalismo para dentro da nossa Casa através da Frente Parlamentar

Municipalista. Quero agradecer aos colegas que assinaram a formação dessa frente parlamentar e convidar para, às 14h, fazermos essa instalação e o início do nosso trabalho. Vamos ter muita coisa para debater e com o mesmo objetivo! Acho que o objetivo da classe política toda é melhorar a vida das pessoas nos municípios sul-mato-grossenses. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço e incorporo o seu pronunciamento. Acho extremamente fundamental a Frente Parlamentar Municipalista, para discutirmos com seriedade os problemas que envolvem os municípios. Afinal de contas, é onde o cidadão nasce, cresce, constitui família, gera e materializa os seus sonhos. Encerro aqui as minhas palavras, o meu pronunciamento, lembrando sempre que não podemos mais ser passivos diante dessa questão ambiental, não podemos mais achar que o Dia do Meio Ambiente é um dia para celebrar. Temos que celebrar o meio ambiente onde vivemos, no espaço que ocupamos. Mais do que nunca, é a oportunidade de refletirmos sobre os nossos procedimentos. Chegamos a essa situação pela falta de consciência coletiva, temos que reverter isso com a consciência pessoal. É cada um de nós termos a exata noção do nosso papel neste mundo. É preservarmos, especialmente, aquilo que temos de mais sagrado, que é o local onde nós vivemos, que é o mundo em que habitamos. Encerro com um ditado africano, que diz o seguinte: “O mundo que nós habitamos não é aquele que nós recebemos dos nossos pais, mas, sim, aquele que nós tomamos emprestados dos nossos filhos e a eles teremos que devolver”. Encerro o meu pronunciamento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Convite para os senhores deputados: hoje, às 16h, simbolicamente, plantio de árvores, comemorando o Dia Mundial do Meio ambiente. Continuamos no Grande Expediente, temos alguns minutos. Com a palavra, a deputado Gleice Jane. Inversão?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim, vou fazer uma inversão com o deputado Pedro Kemp, que quer fazer uma manifestação, e, depois, o deputado Professor Rinaldo também. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Temos, ainda, dezoito minutos. Por inversão, da sempre gentil deputada Gleice Jane, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Primeiramente, senhor presidente, quero agradecer à deputada Gleice Jane, da nossa bancada combativa do Partido dos Trabalhadores, que inverteu o tempo comigo. Deputada Gleice, Vossa Excelência fez muito bem em inverter, porque, o que me traz à tribuna é... Aqui registrar o desempenho positivo e elogiado do governo do presidente Lula, na economia e também nos indicadores sociais. Tenho, senhor presidente, que registrar, hoje, que no primeiro trimestre deste ano, a nossa economia, o PIB cresceu 0,8%. E uma notícia ainda muito mais positiva: o Brasil passa a ser, em 2024, a oitava economia do mundo. A oitava economia do mundo, deputada Gleice! O governo anterior, do inominável, conseguiu levar a economia brasileira para a décima quarta posição. No governo Dilma, chegou a ser a sétima economia do mundo e o Bolsonaro levou para décima terceira. Ele dobrou para baixo, a décima terceira economia, e o Lula

trouxe de volta para a oitava posição. Passou a Itália. Então, hoje, somos a oitava economia do mundo. Vejam o trabalho do nosso ministro Fernando Haddad, com a orientação do nosso presidente Lula, a economia volta a crescer e o que é mais importante: os resultados desse crescimento são de melhoria das condições de vida da população. Eu me lembro muito bem do ex-ministro da Fazenda, na época da ditadura militar — até porque eu não sou tão novo assim, eu me lembro bem disso —, Delfin Neto, que falava que a economia precisava crescer; o bolo precisava crescer para depois repartir. Essa tese do economista Delfin Neto foi derrotada pela política econômica que o governo Lula está implementando, que é de fazer crescer a economia, porém, já dividindo o bolo, ou seja, fazendo distribuição de renda. Isso é muito importante. Ontem, foram anunciados indicadores de que o consumo da população cresceu. A população está consumindo mais, está comprando e, também, o setor de serviços no Brasil cresceu consideravelmente nesse primeiro trimestre de 2024. Acho que temos que comemorar esses indicadores. Comemorar por quê? Porque o Brasil saiu da estagnação e novamente estamos tendo a perspectiva de ter um crescimento econômico sustentável e com distribuição de renda. O governo do presidente Lula, no ano passado, readotou aquela política de recuperação do salário mínimo, do poder de compra das pessoas; portanto, agora, o salário mínimo é reajustado sempre com o ganho real para as pessoas e isso significa uma maior política de distribuição de renda. Além dos programas sociais que temos no Brasil, que voltaram com a eleição do presidente Lula, temos novamente o Bolsa Família, que está sendo feito o recadastramento, está deixando este benefício apenas para as pessoas que realmente necessitam. Tivemos a volta dos programas Mais Médicos e Fies, para financiar nossos jovens nas universidades. Tivemos um novo programa, que é o Pé-de-Meia, para os estudantes do ensino médio, que já estão tendo um depósito mensal, de um valor para aqueles alunos que permaneceram na escola, que têm frequência, que têm desempenho satisfatório. É uma forma de estimular a permanência e o sucesso desses jovens de baixa renda nas escolas de ensino médio. Senhor presidente, penso que este é um momento bastante positivo que estamos vivendo no Brasil, apesar do jogo contrário, que é feito no Congresso Nacional, por uma bancada que faz oposição não ao presidente Lula, mas, faz oposição ao Brasil. Quero fazer um desabafo, porque, deputado Pedrossian Neto, fico vendo aquele jogo lamentável que acontece na Câmara Federal, principalmente em que os deputados do chamado Centrão fazem uma política fisiológica, do "toma lá, dá cá", pressionam por cargos, pressionam por liberação de emendas parlamentares e, muitas vezes, jogam contra e votam contra os projetos do governo federal para fazer o Brasil continuar nesse ritmo de crescimento. Quero dizer aqui que chega a ser nojento esse comportamento de deputados federais que fazem uma oposição tentando prejudicar, eu repito aqui, não é o governo do presidente Lula, mas, prejudicar o bom andamento da economia. Estava vendo uma análise de um economista, dizendo o seguinte: temos um Congresso Nacional que exige do governo o déficit zero, mas, por outro lado, aumenta despesas para o governo, e quer cada vez mais emendas parlamentares para atender as suas bases. Essa conta não fecha. O Congresso Nacional tem que contribuir. Se quiser o déficit zero, tem que contribuir para isso e não ficar aprovando medidas que aumentam as despesas do governo federal. Quero conceder um aparte ao meu amigo, deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Cumprimentando Vossa Excelência, eu não poderia deixar de comentar alguns aspectos da sua fala. Embora

tenhamos um crescimento econômico moderado, não podemos chamar isso de um crescimento robusto, nem de uma grande aceleração; é um crescimento moderado da economia brasileira. Algumas coisas me chamam atenção, como economista, e confesso que causa muita preocupação. Eu me refiro, especificamente, à trajetória exclusiva da dívida pública e das recentes informações que tivemos com uma nota do Banco Central, publicada no dia 29 de maio, dando conta que o resultado das contas públicas atingiu, nesses últimos doze meses, o pior resultado de toda a série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central. Deputado Pedro Kemp, tivemos um déficit nominal do governo federal acumulado em um trilhão e quarenta e dois bilhões de reais nos últimos doze meses. Se você for olhar isso em porcentagem do Produto Interno Bruto, para ver a dimensão que é esse déficit, estamos falando em 9,4% do PIB! É o déficit do governo! Quanto que era esse mesmo déficit no começo do governo Lula? Algo em torno de 4,5 a 5%, o que já é um déficit elevado. Então, qual é a minha preocupação? O arcabouço fiscal, quando foi colocado ali no começo, tinha como objetivo tomar a dívida pública e sinalizar um comportamento do governo federal. Ocorre que o arcabouço fiscal não está funcionando! Isso não é o deputado Pedrossian Neto que está falando, são inúmeras vozes do mercado que estão preocupadas com essa trajetória de dívida pública, de déficit nominal. O que seria o normal? No passado, temos um superávit primário, isto é, apurar receita menos despesa do governo para fazer uma economia de recursos suficientes para se contrapor ao crescimento dos juros. Ocorre que isso não está sendo feito e, hoje, vai ter um endividamento que já está batendo próximo a 80% do PIB e podem ter certeza de que isso vai dar problema no futuro. Historicamente, no Brasil, como é que se resolveu o problema da dívida pública? Ou aumentando a carga tributária, que não é mais o caso, porque estamos sufocados com uma carga tributária muito elevada; ou através do mecanismo inflacionário, isto é, o governo não tem dinheiro para fazer no final do mês, imprime e paga a conta dessa forma. A gente sabe quem paga a conta: é o assalariado, é o arrocho salarial, é a deterioração do poder de compra do salário. Então, causa muita preocupação e, mais do que isso, se você observar que, hoje, 33% do PIB é carga tributária e, além da carga tributária, o governo ainda gasta mais quase 10% do PIB, ou seja, nós estamos falando que quase 43% do PIB é governo! Imaginem que para cada um real que se gasta na economia brasileira, quarenta e três centavos é governo. É uma economia que está sufocada por um peso excessivo do estado. A discussão sobre o déficit nominal é importante para a trajetória de crescimento do país, porque imagina só, chega-se ao final do mês, o governo não tem dinheiro para pagar suas contas, o que ele faz? Vai aos bancos e capta recursos. Da onde está vindo esse dinheiro dos bancos? Dinheiro da minha poupança, da sua poupança que está lá. Dinheiro que poderia estar nas empresas, sendo investido, está financiando o consumo do governo, está financiando um governo perdulário. Então, é o investimento que não avança e qual o resultado? O Brasil é um país que fica para trás. Não somos a Argentina; não somos, ainda, a Venezuela, graças a Deus, mas é muito preocupante termos um trilhão e quarenta e dois bilhões de déficit nominal. Qual foi o paralelo disso na pandemia? Na pandemia, tivemos um déficit parecido, mas, foi um momento específico; agora, eu acho que não tem nada que vá justificar um déficit dessa natureza e é um sinal de alerta. Ou corrigimos essa trajetória, ou o país vai pagar um custo muito elevado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, concordo, inclusive, com essa avaliação de que o país precisa se preocupar

com essa realidade do déficit do governo. Agora, o que eu estava dizendo, deputado Pedrossian, é que temos um Congresso que não ajuda também, que aprova medidas que aumentam ainda mais as despesas. Por exemplo, na disputa sobre a desoneração da folha, muitas medidas foram feitas durante a pandemia, porque, naquela época, era preciso salvar as empresas, era preciso reduzir a carga tributária, desonerar a folha, tudo isso foi feito na época da pandemia. Agora, não temos mais pandemia e algumas medidas que foram adotadas naquela época precisam ser repensadas. O Congresso Nacional não ajuda o governo nesse sentido. Dessa forma, não vamos conseguir equilibrar as contas, como o próprio Congresso exige do governo federal. Penso que precisamos ter a contribuição de todos. Por exemplo, estava vendo, tempos atrás, o presidente do senado querendo aprovar a volta do quinquênio para os magistrados. Quem que vai pagar essa conta? Será que é uma medida necessária? Será que os magistrados estão passando necessidade e precisam desse quinquênio? Quando observamos o que vai precisar para bancar isso, são bilhões! Dessa forma, nunca vamos equilibrar as contas do país, porque esse dinheiro sai da arrecadação dos impostos. Vejo que precisamos também ter uma contribuição maior da Câmara Federal que, praticamente, quis engessar o governo com a liberação das emendas parlamentares. Aprovaram um calendário obrigando o governo a liberar as emendas parlamentares e isso se transformou, na verdade, praticamente, em um parlamentarismo disfarçado no Brasil, em que o Parlamento é quem manda, é ele quem administra, quem libera recurso. Dessa forma, não dá...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permita-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ainda mais, deputado Coronel David, em ano eleitoral, em que todo mundo quer fazer política, com as suas bases e isso acaba tendo uma pressão muito forte em cima do governo. Acho que a economia vai bem, estamos retomando os rumos do crescimento econômico, com essas observações feitas aqui pelo deputado Pedrossian, que são pertinentes, acredito que o país tem que se preocupar com isso, mas, precisa ser uma preocupação de todos os Poderes. Inclusive, o Congresso Nacional deveria colaborar com as medidas que o governo precisa aprovar, para ter um equilíbrio nas contas e a economia continuar crescendo. Com a palavra, meu caro colega, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Pedro Kemp, quero agradecer o aparte e dizer que, realmente, o IBGE, na terça-feira, ontem, publicou a melhoria de 0,8% na economia brasileira, decorrente do incremento dado, em 11,4%, pela agropecuária setor tão criticado pelo seu governo. E me chama atenção, deputado Pedro Kemp, a estratégia utilizada pelo governo federal para ajudar os irmãos do Rio Grande do Sul, por conta da perda da colheita, principalmente do arroz, em querer importar arroz. Vossa Excelência e outros componentes do PT, aqui nesta Casa, criticam muito a utilização do agrotóxico. Sabiam que esse arroz importado, que vai ser importado pelo governo brasileiro, para sua produção, são utilizados agrotóxicos proibidos aqui no Brasil? Quer dizer, ninguém vai comer esse arroz. Vai quebrar a economia brasileira, vai quebrar a produção brasileira daqueles que deveriam, neste momento, ser prestigiados pelo governo brasileiro... E investir, sim, fazer o consumo dentro do estado do Rio Grande do Sul para melhorar a economia, fomentar todo esse crescimento necessário. E vai importar arroz que ninguém vai comer aqui no

Brasil! Outra questão que me chama atenção na fala de Vossa Excelência, seu partido, o presidente Lula, na visão de vocês, salvou a democracia e quando a gente fala em democracia, é a gente aprender a conviver com as diferenças e respeitar. Então, essa crítica ao Congresso Nacional, que reúne hoje a vontade da maioria da população brasileira, tem que ser respeitada e o governo tem que ser mais dirigente e preparado, com competência para saber lidar com essa dificuldade dentro do Congresso Nacional. Lamento ouvir essa crítica ao Congresso, a essa diferença que o Congresso tem em relação ao governo, porque o seu governo, o seu presidente salvou a democracia no Brasil e, para isso, precisa aprender a conviver com as diferenças.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, deputado, para concluir, estamos com o tempo esgotado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agora vou ter que responder, porque o deputado colocou gasolina na fogueira...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor tem mais um minuto.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero dizer ao senhor, a Vossa Excelência, sem medo de errar, que não generalizo a situação do Congresso Nacional, mas, não tenho medo e nem receio de dizer que pelo menos um terço dos deputados federais são o que há de pior na política! Pior! Fisiológicos, atrasados, reacionários e que jogam contra o Brasil. Eu não tenho nenhum receio de dizer que um terço, pelo menos, da Câmara dos Deputados, é o que há de pior na política. Pior...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É o tamanho da federação do PT no Congresso. Um terço...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E, agora, Vossa Excelência diz a história do arroz. Vamos esclarecer essa história do arroz. Primeiro, acho que é "fake news" esse negócio de agrotóxico, que o governo está comprando arroz com agrotóxico. Os produtores do Rio Grande do Sul estavam segurando o estoque de arroz para aumentar o preço! Isso aí é patriotismo, é brasilidade? Aí o governo vai lá e fala: "Está bom. Não tem arroz, vamos comprar". Na hora que o governo falou vamos comprar, apareceram os estoques de arroz, deputado. Isso é mau-caratismo, é cara de pau de quem se aproveita de uma situação daquela no Rio Grande do Sul, de tragédia, para ganhar dinheiro, para aumentar o preço do pacote de arroz! Isso é mau-caratismo! E aí, falaram que o arroz tem agrotóxico, que o governo está comprando... Isso aí, olha, de "fake news", nós já estamos de... Cheio! Já estamos cheios de "fake news" e de "mentiraiada"...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor me permite, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não. Acabou meu tempo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não. Para concluir, porque já acabou o tempo.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A história vai comprovar, deputado, se é "fake news".

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Já acabou o tempo e, inclusive, Vossa Excelência avançou no meu tempo. E eu quero...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero, para concluir, senhor presidente, dizer que, de fato, nós estamos vivendo um momento de crescimento da economia, de esperança por dias melhores, para todo o povo brasileiro. E vamos combater essa "mentiraiada" com a verdade! O governo está agindo certinho. Quem quiser ganhar com estoque de arroz, escondendo arroz, vai quebrar a cara! Ou vai vender esse arroz ou virá arroz mais barato para o Brasil. O deputado Coronel David falou que nós criticamos muito o agronegócio. Não! O agronegócio nunca teve as condições mais favoráveis para produzir, para ganhar dinheiro no Brasil, apesar de ser contra o governo Lula e contra o PT. Quero lembrar que o deputado Zeca do PT fez uma fala e, no dia, queria cumprimentá-lo e abraçá-lo, quando ele disse, quando votamos...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, já venceu o tempo do deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor fica nervoso, o senhor tomou meu tempo, o senhor tomou! Quando aprovamos um auxílio para os delegados, o deputado fez uma declaração de voto dizendo: "Apesar de eles serem contra o PT"... Muitos, muitos! E é assim que falamos do agronegócio. Embora o agronegócio seja contra o PT e o Lula — fez campanha e financiou gente na porta dos quartéis, financiou gente para ir a Brasília quebrar tudo —, está deitando e rolando, ganhando dinheiro no Brasil, graças à política do governo do presidente Lula. "Brasil no rumo certo"!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — É rapidinho. É só para comunicar aos deputados Gleice Jane, Pedrossian Neto e Roberto Hashioka, sobre aquela comissão de monitoramento do déficit da previdência. O secretário Frederico Fellini me ligou, até porque eu liguei para ele, porque o prazo de entregar as informações para comissão e para a Assembleia já venceu. Ele vai cobrar, novamente, a Ageprev, que é responsável por encaminhar a informação. O secretário disse que amanhã encaminha essas informações, principalmente sobre as questões das comorbidades, das doenças

crônicas. Que possamos avançar numa proposta da Assembleia para o governo, porque foi essa proposta, quando o presidente criou a comissão...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já está como sugestão a Vossa Excelência, que está tratando com urbanidade esse assunto com a administração, mas, se a administração tiver dificuldade com Ageprev, Vossa Excelência pode, inclusive, convocar o presidente para dar informação

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Exatamente isso! O secretário Fred disse que amanhã recebe e, se não receber, vamos tomar outras providências. Até porque é uma informação simples, isso está tudo automatizado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 096/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos às Leis nº 1.102, de 10 de outubro de 1990; nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999; nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022; e nº 6.036, de 1º de janeiro de 2023; nos termos que especifica. Visa à compatibilização aos novos regramentos relativos às funções de confiança do Poder Executivo, possibilitando a transformação, sem gerar aumento de despesas". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 096/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 03/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 95, de 26 de dezembro de 2001, e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 155, de 9 de dezembro de 2011, nos termos que especifica". Tem por objetivo apenas alterar a base de cálculo da indenização prevista para que incida sobre o subsídio do cargo do servidor designado para a respectiva função, sem mudança dos percentuais já fixados. A Comissão de

Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 03/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade. Vai ao Expediente. Cumprimento o doutor Norton Camate, presidente da Associação dos Procuradores. Pode sempre contar com esta Casa em favor dos serviços públicos de Mato Grosso do Sul. Item 3. Em redação final. Projeto de Lei nº 239/2023. Autor: deputado Gerson Claro. "Assegura ao consumidor o direito às informações sobre a existência de serviços bancários gratuitos no estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 239/2023, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos fovoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradecendo aos colegas deputados, aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão. Projeto de Lei nº 274/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Conscientização sobre a Cardiopatia Congênita". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Supressiva nº 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Quero pedir o apoio dos nobres pares para a aprovação do Projeto de Lei nº 274/2023, que institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Conscientização sobre a Cardiopatia Congênita. Infelizmente, as cardiopatias congênitas são uma das principais causas de mortalidade infantil em nosso país, no entanto, se essas crianças tiverem acesso ao tratamento e manejo adequado, suas chances de sobrevivência podem chegar a quase 100%. Dados nos mostram que a cada mil bebês, dez nascem com algum tipo de cardiopatia congênita. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, cerca de trinta mil crianças nascem anualmente com essa condição e, desse total, aproximadamente 80% necessitam de cirurgia no primeiro ano de vida. Em Mato Grosso do Sul, cerca de trezentas crianças precisam dessa intervenção a cada ano. Por meio de uma reunião com o diretor da Cassems, doutor Ricardo Ayache, que nos recebeu para uma abordagem sobre esse assunto, conseguimos viabilizar a inauguração da nova Ala de Cirurgia Cardíaca Pediátrica do Hospital da Cassems de Campo Grande, que realizará uma cirurgia por semana, com diferenciais no atendimento, incluindo uma UTI estruturada para pós-operatório, que prioriza o bem-estar e a humanização do atendimento. Além disso, o hospital conta com uma equipe altamente treinada e atendimento cardiopediátrico de plantão, garantindo o melhor cuidado possível para essas crianças. Essa foi, sim, uma grande conquista e preciso agradecer ao doutor Ricardo Ayache, por ser humano, que nos atendeu de pronto e abriu as portas da Cassems. Tenho comigo um grupo de mães, são mais de cem mães, com quem estamos conversando; inclusive, tenho até mesmo um assessor que tem uma criança com essa situação e ele vem trabalhando junto comigo para poder ajudar essas mães. Quero agradecer, de coração, ao doutor Ricardo Ayache, ao doutor Guilherme e à doutora Camila por nos atenderem. Apesar de 15% ainda ser pouco, porém, é importante ressaltar que, infelizmente, a demanda atendida pela Cassems é de apenas 15%, mas, já abriu a porta para nós. O total de crianças que precisam desse atendimento... A maioria das crianças com cardiopatia congênita ainda depende do Sistema Único de Saúde (SUS) e, em nosso estado, o Hospital da Santa Casa é o único hospital de referência para o SUS. Apesar de realizar essas cirurgias com uma equipe de ponta, ainda sofre com uma precariedade no atendimento pós-operatório; por isso, apesar das conquistas que tivemos, ainda há muito a ser feito e, como deputado estadual, estaremos firmes, comprometidos em mudar essa realidade. Estamos trabalhando incansavelmente para garantir que todas as crianças, independentemente de sua condição social, tenham acesso ao tratamento necessário para sobreviver e prosperar. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabenizando... Acompanhei também a presença do doutor Marcelo Jatene, de São Paulo, que fez a cirurgia... Toda a Cassems, inclusive, o presidente falou desse assunto, que é muito importante para Mato Grosso do Sul. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, só para fazer um registro em cima da fala que fez o nosso querido deputado Antonio Vaz. O professor que veio fazer a inauguração desse avanço substancial no Hospital da Cassems, foi o professor Marcelo Jatene, filho do saudoso Adib Jatene. Um registro importante, foi ele, o doutor Marcelo, o professor Marcelo, que operou minha neta chamada Ymê Valentina, quando tinha um mês de vida, lá em São Paulo. Ele é fantástico, veio ao estado, lembrou da Ymê Valentina e pediu para que a Ymê fosse até onde ele estava. A Ymê está com oito anos, e minha filha, mãe da Ymê, levou-a e foi um momento muito emocionante os dois se encontrarem. Ele garantiu a vida para a Ymê Valentina, portanto, faço esse registro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Importante registro e registro os parabéns pela iniciativa para Cassems.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — E parabéns e ao doutor Ricardo Ayache, pelo trabalho extraordinário e transparente que faz, que merece todo aplauso e apoio desta casa. Obrigado, senhor presidente.

Projeto de Lei nº 274/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade. Parabéns ao deputado Antonio Vaz. Vai à redação final, porque teve uma emenda. Item 5. Retirado de pauta, não há presença da autora. Item 6. Um requerimento, seis indicações, três moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moção de pesar.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, só para fazer um registro da audiência pública que fizemos ontem, a respeito do futebol, mais precisamente do futebol profissional aqui do nosso estado. Quero agradecer as presenças da deputada Gleice Jane, membro titular da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; do deputado Junior Mochi; do deputado Caravina; e do deputado Pedrossian Neto. Acredito que foi importante darmos a oportunidade para todos que estavam presentes, os presidentes e diretores de clubes, de ligas esportivas do nosso estado para discutir este momento tão difícil, caótico, pelo qual passa o futebol profissional do nosso estado. Na verdade, na década de 1970, até meados da década de 1980, estávamos no ranking dos três melhores clubes, disputando semifinais do campeonato nacional e, hoje, estamos também em terceiro, só que de baixo para cima. Estamos como o terceiro pior do Brasil, perdendo apenas para Rondônia e Amapá. Como não temos direito de voto, quem vota são os presidentes e diretores de clubes, o presidente interino — que foi justamente indicado pela CBF como interventor nesse lapso temporal de 90 dias —, assumiu o compromisso de, nesta sexta-feira, em uma assembleia extraordinária, discutir os rumos da federação de futebol. Portanto, senhor presidente, o nosso desejo... E a Casa vai estar à disposição, colaborando, para podermos reerguer o futebol profissional que, infelizmente, hoje é motivo de tristeza e motivo de vergonha para todo sul-mato-grossense, sobretudo para aqueles que, realmente, gostam e amam o esporte. Quero deixar esse registro e agradecer à deputada Gleice Jane, mais uma vez. Parece-me que ela quer um aparte da questão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim, gostaria de um aparte, deputado Professor Rinaldo, porque acho que fizemos, ontem, um evento importante para debater o futebol em nosso estado, embora não tenhamos um poder de influência nos rumos da política da federação, acho que fizemos um debate bastante importante, fizemos algumas propostas, as propostas de democratização da federação para garantirmos a credibilidade da federação. Foi importante esse momento e, na oportunidade, pudemos também apresentar os projetos que temos, os debates que temos feito na Assembleia Legislativa e a importância de termos uma federação que esteja vinculada à pauta nacional e internacional da democratização e da inclusão das mulheres, das populações indígenas e quilombolas. Esse foi um debate bastante aceito pelas pessoas presentes. Há uma iniciativa que vamos ter, o Brasil vai receber a Copa do Mundo Feminina e poderemos sediar, em Mato Grosso do Sul, e, para isso, precisamos ter uma federação bastante fortalecida e vinculada a esse debate. A reunião de ontem foi positiva e importante, a Assembleia Legislativa está acompanhando esse debate e queremos fortalecer o futebol em nosso estado. Obrigada, deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Agradeço, deputada Gleice, e também incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Deputado Gerson Claro, Vossa Excelência que é um dos que participam assiduamente do futebol, percebi que, de forma unânime, todos os presidentes de clubes e diretores de ligas que participaram concordaram que não pode continuar do jeito que está. Com todo respeito ao presidente, que hoje está preso, a ideia da nossa reunião não foi para acusar ninguém, não somos juízes para estar acusando ninguém; é a Justiça que vai dizer e dar a palavra final. Deputado Caravina, Vossa Excelência que participou até o final, eles sentem a necessidade dessa mudança. O presidente da República, deputado Pedro

Kemp, só pode ter uma reeleição; o governador também; o prefeito; esta Mesa também mudou, na mesma simetria, e existe apenas uma reeleição e quando você vê alguém que fica muito tempo em um lugar, que detém recursos financeiros, infelizmente, acaba chegando a esse ponto. O que achei interessante é que todos são favoráveis a que haja uma mudança; a nossa intenção, a nossa colaboração é no sentido de que aquele que haverá de assumir a federação tenha dois requisitos fundamentais: credibilidade e transparência. Até porque o esporte não é só subsidiado com dinheiro público, a grande maioria do recurso vem da iniciativa privada e eu digo o seguinte: qual empresário, na sua sã consciência, terá condições e a coragem de investir um real em um ambiente que, de norte a sul, de leste a oeste do estado as pessoas falam: "Olha, enquanto o fulano estiver lá não tem como ir para frente". É com muita alegria que eu quero fazer esse registro, que a nossa reunião foi produtiva, acredito que, na sexta-feira, à tarde, haverá essa assembleia extraordinária com os presidentes, com aqueles que detêm o poder de mudar, porque são eles que votam. E, uma coisa interessante: se alguém fica muito tempo em um lugar, é porque alguém votou nele. No Parlamento, em qualquer lugar onde tem votação, em que se detém o mandato, só tem um jeito de chegar, é com o voto. Querendo, ou não, houve ali uma anuência de todos os presidentes e diretores de clubes, mas, a coisa chegou ao final do fundo do poço e todos reconhecem que tem que ter essa mudança. Espero que seja com transparência, com democratização e, acima de tudo, com credibilidade para que possamos voltar a ver o nosso esporte no ranking nacional. O Morenão, três anos parados... Inclusive, nasceu um pé de melancia, eu adoro, é a fruta de que mais gosto, é difícil encontrar uma boa e isso nos entristece, porque é motivo até de brincadeira. É uma verdade, saiu no Correio do Estado, uma melancia grande, por quê? Três anos parados e, terça-feira que vem, faço parte de uma comissão, junto com os deputados Pedrossian Neto e Hashioka — o Hashioka foi eleito porque ele é engenheiro; o menino, porque o estádio tem o nome do avô; e eu, como sou funcionário da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, colocaram o meu nome — e discutiremos a questão do retorno da reforma do Morenão. Apesar de ser da universidade, diga-se de passagem, é o maior estádio universitário da América Latina, tem um bom recurso público e temos que acompanhar a retomada dessa obra para que o Morenão esteja à disposição do futebol de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — O senhor foi colocado na comissão não só porque é funcionário da UFMS, o senhor é um futebolista e fiquei sabendo que foi craque nos anos 1980.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Décadas de 1970 e 1980.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Então o senhor fala de futebol com propriedade.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Joguei muito no Morenão, porque, há trinta e nove anos sou funcionário. Disputamos muitos campeonatos e fizemos a preliminar de Corinthians e Internacional, com estádio lotado, dia primeiro de maio. Alguém aqui lembra disso? Em 1987! O estádio lotado e sentimos muita tristeza ao saber que o nosso esporte profissional chegou a esse ponto. Pelo que

eu vi ontem, Gleice e Caravina, tenho certeza de que vamos virar essa página e aqui não é para ficar olhando para trás, criticando ninguém. Temos que olhar daqui para frente, para que possamos trazer o esporte e alegria do povo, porque, o esporte, além de formar cidadão, além de inclusão social, ele traz investimentos. Eu fui assistir ao jogo do Palmeiras e Cuiabá, pouco tempo atrás, meu pai com oitenta e poucos anos, apaixonado pelo Palmeiras...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Seleção verde.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Seleção verde. Vi ali a dificuldade de arrumar um hotel para você se hospedar. O esporte é mais do que imaginamos, ele agrega valor, revela talentos e traz alegria; é uma alegria, é uma paixão nacional. Fico agradecido e a nossa comissão está operando de forma orgânica, que já realizou muitas reuniões ao longo do ano. Quero agradecer a Vossas Excelências, membros titulares, com a certeza de que, no espaço curto de tempo, possamos ver essa federação com credibilidade, com transparência e com democratização.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado, parabéns pelo trabalho e pela dedicação. Realmente, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto tem sido acionada várias vezes, sempre com temas importantes. Esses temas, tanto do Morenão, para o qual foi feita essa comissão extraordinária temporariamente, quanto esse, do assunto envolvendo a federação, o senhor está tratando com muita responsabilidade. E a prova disso foi a presença de todos os envolvidos, todos os atores envolvidos, presidente de clubes, ligas, crônica esportiva, todo mundo com o mesmo objetivo. Parabéns pela sua condução e conte conosco, integrantes da comissão, para auxiliarmos na construção de uma solução importante e que o futebol sul-mato-grossense, realmente, esteja em um lugar que a gente espera, que é com conhecimento e, em nível nacional, bem representado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado! É o que tinha, senhor presidente. Bom final de tarde para todos nós.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há oradores escritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada presente Sessão. Está encerrada. Obrigado a todos (11h28min).